



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO

N.º do Pedido: BR102016027167-3 **N.º de Depósito PCT:**
Data de Depósito: 21/11/2016
Prioridade Unionista: -
Depositante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (BRMG);
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS - FAPEMIG (BRMG)
Inventor: ALISSON RONIERI CADORE; LEONARDO CRISTIANO CAMPOS;
RODRIGO GRIBEL LACERDA
Título: “MÉTODO DE DETECÇÃO SELETIVA DE HIDROGÊNIO E USO”

PARECER

A Requerente apresentou modificações no pedido em resposta à Exigência (6.1) emitida. Estas modificações encontram-se no Quadro 1 junto com as demais documentações analisadas neste segundo exame técnico do pedido. Os esclarecimentos e argumentos apresentados pelo depositante mediante a citada petição também foram considerados no presente exame.

Os documentos citados no relatório descritivo do pedido em questão foram considerados e consultados durante a redação do presente parecer. Este exame foi realizado em ambiente digital considerando-se as seguintes petições:

| Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas | | | |
|--|---------|----------------|------------|
| Elemento | Páginas | n.º da Petição | Data |
| Relatório Descritivo | 1-17 | 870160068703 | 21/11/2016 |
| Quadro Reivindicatório | 1-2 | 870210112813 | 03/12/2021 |
| Desenhos | 1-3 | 870160068703 | 21/11/2016 |
| Resumo | 1 | 870160068703 | 21/11/2016 |

| Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI | | |
|---|-----|-----|
| Artigos da LPI | Sim | Não |
| A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção) | | x |
| A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável) | | x |
| O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI) | x | |
| O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI | x | |

Comentários/Justificativas

| Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI | | |
|--|-----|-----|
| Artigos da LPI | Sim | Não |
| O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI | x | |
| O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI | x | |

Comentários/Justificativas

| Quadro 4 – Documentos citados no parecer | | |
|---|-----------|--------------------|
| Código | Documento | Data de publicação |
| - | - | - |

| Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI) | | |
|--|-------------|----------------|
| Requisito de Patenteabilidade | Cumprimento | Reivindicações |
| Aplicação Industrial | Sim | 1-7 |
| | Não | - |
| Novidade | Sim | 1-7 |
| | Não | - |
| Atividade Inventiva | Sim | 1-7 |
| | Não | - |

Comentários/Justificativas

A requerente cumpriu satisfatoriamente as exigências formuladas no parecer técnico notificado anterior. O novo quadro reivindicatório modificado submetido para exame somente é aceito, uma vez que as alterações efetuadas limitam-se à matéria inicialmente revelada e atendem ao objetivo de melhor esclarecer ou definir a matéria objeto de proteção, atendendo, portanto, ao disposto no artigo 32 da Lei nº 9.279/96 (LPI).

Os citados documentos do estado da técnica não apresentam-se mais como impeditivos ao recebimento de privilégio patentário do presente pedido de patente de invenção. As reivindicações do quadro reivindicatório ora em exame estão em concordância com os requisitos de patenteabilidade exigidos, conforme mostra o quadro 5 anterior.

Cada patente nacional é concedida e vigora independentemente das patentes de todos os outros países, de acordo com o Art. 4º bis da Convenção de Paris – CUP (Revisão de Estocolmo), que estabelece: “as patentes requeridas nos diversos países da União, pelos respectivos cidadãos, serão INDEPENDENTES das patentes obtidas para a mesma invenção nos outros países, quer tenham ou não aderido à União.” Assim, a emissão da carta patente é uma decisão de âmbito nacional, independentemente das decisões tomadas em outros países.

Conclusão

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada.

Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo.

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 2022.

Adailson da Silva Santos
Pesquisador/ Mat. Nº 2335762
DIRPA / CGPAT III/DIPEQ
Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº
002/11